



Governo do Distrito Federal
Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil

Núcleo de Licitação

Comunicado - NOVACAP/PRES/NLC

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Referência: Pregão Eletrônico nº 009/2025 – NLC/PRES

Objeto: *Contratação de empresa para execução de trabalho* de Auditoria independente será realizado por empresa com registro ativo na Comissão de Valores Mobiliários, relativa ao exame das Prestações de Contas Anuais da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referentes aos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de cada ano, no período compreendido entre a assinatura do contrato e o dia 30 de abril de 2025; e Prestações de Contas Intermediárias de 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro, de cada um desses anos, de acordo com as Leis números 6.404/1976, alterada pelas Leis nº 11.638/2007, 11.941/2009 e pela Lei nº 4.320/1964, quando aplicável; com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC-T's e com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP, bem como outros serviços a serem executados em conexão com os trabalhos de auditoria, conforme mencionados a seguir no item 6.1 deste Termo de Referência. Serão três Relatórios de Auditoria Independente trimestrais e um Parecer Anual relativos às demonstrações contábeis e financeiras da Companhia, necessárias à prestação de contas intermediárias e do exercício financeiro, que deverão guardar sincronia com a Lei nº 6.404/1976, e suas alterações, Lei nº 13.303/2016, Art. 7º, com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal – RITCDF – aprovado pela Resolução nº 296, de 15 de setembro de 2016, Art. 184 e com a Instrução Normativa TCDF nº 02, de 17 de novembro de 2016, de acordo com as especificações técnicas do Termo de Referência, Edital e seus anexos.

1. DA INTRODUÇÃO

1.1. O Pregão Eletrônico nº 009/2025 – NLC/PRES teve seu edital publicado em 11 de abril de 2025, com a abertura do certame prevista para 13 de maio de 2025, às 9 horas. Tendo em vista a alteração conforme Errata nº 01 ([169877684](#)) a sessão foi adiada para o dia 30 de maio de 2025, às 9h, conforme novo Edital ([170154667](#)).

1.2. Foi apresentado o seguinte pedido de esclarecimento, conforme Doc. SEI/GDF nº [168923001](#).

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. Primeiramente, cumpre demonstrar a tempestividade e o cabimento da presente pedido de esclarecimento, eis que atende a todas as disposições constantes da legislação em vigência e do Instrumento Convocatório.

3. DAS ALEGAÇÕES DA REQUERENTE

3.1. As razões apresentadas pela empresa interessada incluem as indagações a seguir, as quais foram respondidas pela área demandante ([169747094](#)), e condicionada a Errata nº 01 ([169877684](#)) conforme segue:

Questionamentos	Respostas
<p>1. O Edital exige que a comprovação de capacidade técnica seja emitida por empresas estatais ou empresas públicas. No entanto, o regulamento de licitações da NOVACAP, no artigo 85:</p> <p style="padding-left: 40px;">§1º assim diz: Art. 85. A documentação relativa à qualificação técnica ficará adstrita a:</p> <p style="padding-left: 40px;">§ 1º A comprovação da aptidão referida no inciso II do caput será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nos Conselhos Profissionais, salvo se o objeto a ser licitado não for alcançado pela fiscalização dessas Autarquias.</p> <p>Assim, estamos entendendo que a NOVACAP também aceitará para fins de comprovação de capacidade técnica, atestados de pessoas jurídicas de direito privado. Estamos corretos no nosso entendimento?</p>	<p>Item 13.1 – Habilitação Técnica</p> <p><u>Onde se lê:</u> “a) Atestado(s) ou declaração(ões) emitida(s) por empresa(s) estatal(is) dependente(s), assim definidas aquelas que se enquadrem na definição do art. 2º, III da lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), acompanhado de cópia autenticada nas formas aceitas em Lei, da Demonstração do Resultado do Exercício da Auditada, para fins de comprovação da dependência de recursos públicos, que comprove a experiência da proponente no desempenho da atividade de Auditoria Independente. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica deverá(ão) ser fornecido(s) por empresa(s) pública(s) dependente(s) com Ativo superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e Receita Anual superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com informações de endereço e telefone, firmados por dirigente(s) identificado(s), no mínimo por nome e cargo/função e deverá comprovar a prestação de serviço de auditoria independente, se deu em conformidade com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por, no mínimo, um exercício completo.”</p>

	<u>Leia-se:</u> “a) Apresentar atestado(s) ou certidão(ões) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com Ativo superior a R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) e Receita Anual superior a R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), com informações de endereço e telefone, firmados por dirigente(s) identificado(s), no mínimo por nome e cargo/função e deverá comprovar a prestação de serviço de auditoria independente, se deu em conformidade com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) por, no mínimo, um exercício completo.”
2. Estamos entendendo que para fins de comprovação de experiência do profissional, será permitida a comprovação da experiência em empresas anteriores, que tenham ocupado cargos de gestão de auditoria independente de no mínimo cinco anos, até porque, o que se busca é a experiência do profissional. Estamos corretos no nosso entendimento?	O entendimento está correto.

3.2. É o breve relatório.

4. CONCLUSÃO

4.1. Sendo estas as informações, consideramos atendido o pedido de esclarecimento.

4.2. A presente resposta ao pedido de esclarecimento ficará disponível e será divulgada nos seguintes endereços eletrônicos: <http://app.novacap.df.gov.br/sislicitapublica/> (portal da NOVACAP) e www.licitacoes-e.com.br (Banco do Brasil).



Documento assinado eletronicamente por **ALINE ALVES DE OLIVEIRA - Matr.0973569-0, Chefe do Núcleo de Licitação**, em 08/05/2025, às 10:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **169765560** código CRC= **C04E8824**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"
Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF
Telefone(s):
Sítio - www.novacap.df.gov.br

00112-00003135/2025-53

Doc. SEI/GDF 169765560

Criado por [daniela.sakamoto](#), versão 6 por [aline.alves](#) em 08/05/2025 10:47:12.